

Município de André da Rocha/RS
Processo Licitatório nº. 059/2015
Pregão Presencial nº. 013/2015
Tipo de julgamento: menor preço por item

Edital de pregão presencial objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para o fornecimento de Merenda Escolar para a rede municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANDRÉ DA ROCHA/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **14h00min, do dia 01 de julho de 2015**, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração, localizada no Centro Administrativo Municipal de André da Rocha/RS, se reunirão o Pregoeiro e a equipe de apoio, designados por Portaria, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, a aquisição de gêneros alimentícios para o fornecimento de Merenda Escolar na rede municipal, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, e do Decreto Municipal nº 1045, de 31 de março de 2015, e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e LC nº. 123/06.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Edital a aquisição de gêneros alimentícios para o fornecimento de Merenda Escolar para a rede municipal para o segundo semestre do ano letivo de 2015, conforme relação em anexo III, ao presente Edital.

Obs.: A presente licitação destina-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão participar deste Pregão empresas especializadas cujo objetivo social contenha atividades compatíveis com o fornecimento do objeto desta licitação, observada a necessária qualificação, e que satisfaçam as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos.

2.2 - As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta.

2.3 - Como requisito de participação neste Pregão, a Licitante deverá declarar o pleno conhecimento e atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, conforme ANEXO II deste Edital.

2.3.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a Licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente na Lei nº 8.666/1993, bem como as demais sanções previstas neste Edital.

2.4 - Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA – RS.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, para a realização da sessão pública os interessados ou seus representantes legais deverão proceder ao respectivo CREDENCIAMENTO, (modelo Anexo I) comprovando, se for o caso, possuírem os necessários poderes para ofertar lances, interpor e/ou renunciar à interposição de recursos, bem como praticar todos os atos inerentes ao certame;

3.1.1. Todos os documentos exigidos para o Credenciamento deverão ser apresentados **FORA DOS ENVELOPES**.

3.2 - O credenciamento é imprescindível para o interessado realizar lances verbais e sucessivos, bem como manifestar interesse recursal;

3.3 - Para a efetivação do CREDENCIAMENTO o representante da proponente exhibirá ao Pregoeiro qualquer DOCUMENTO DE IDENTIDADE emitido por órgão público juntamente com a CARTA CREDENCIAL que o autorize a participar especificamente deste Pregão ou **instrumento público ou particular de procuração**, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, que o autorize a responder pela proponente, inclusive para a oferta de lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome da proponente;

3.4 - Para efetivação do CREDENCIAMENTO É OBRIGATÓRIA a apresentação da Cópia Autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus Termos Aditivos, do Documento de Eleição de seus Administradores, devidamente Registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial ou cópia acompanhada do original para conferência por membro da Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro ou da Equipe de Apoio do MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA - RS, ou pela Internet, nos casos em que o Órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta, a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra;

3.4.1 - Para efeito de atendimento ao subitem 3.4 COMPREENDE-SE COMO:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

3.5 - Fazendo-se representar por proprietário, sócio ou diretor, este deverá comprovar, através de documento EM SEPARADO, no caso, cópia do contrato social e suas alterações, a condição alegada de representante, e conseqüente posse de poderes para prática de todos os atos inerentes ao certame, devendo, neste instante, apresentar a sua cédula de identidade, ou documento equivalente;

3.6 - A apresentação do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto, apresentado no Credenciamento, isenta a licitante de apresentá-los no ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO;

3.7 - Cada representante somente poderá representar uma única proponente;

3.8 - O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, da negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes;

3.9 - Caso a proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recurso;

3.10 - Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou por membro da Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro ou da Equipe de Apoio do MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA - RS, hipótese em que a autenticação deverá ocorrer previamente ao credenciamento, ou por publicação Oficial.

3.11. Declaração, firmada por contador e reconhecida em cartório, de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da legislação, acompanhada da Certidão de Regularidade Profissional emitida via internet, no site do Conselho Regional de Contabilidade, juntamente com o comprovante de enquadramento emitido pelo órgão competente.

3.12. Declaração assinada por Diretor ou Representante Legal da Empresa, devidamente identificado por carimbo ou datilografia do nome e qualificação, em papel timbrado, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, que contemple:

3.12.1. A plena aceitação dos termos deste EDITAL e de que não há fato superveniente impeditivo de licitar;

3.12.2. Que o exame do Edital de Pregão Presencial e anexos são suficientes para adequada avaliação e cotação dos serviços a serem ofertados, dos custos a considerar e da elaboração da proposta;

4 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

4.1. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 3 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA/RS.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º013/2015
ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:

AO MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA/RS.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º013/2015
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:

5 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1. Realizado o credenciamento, no dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

5.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

6 - PROPOSTA DE PREÇO:

6.1. A proposta comercial deverá obrigatoriamente ser em VIA MAGNÉTICA (CD de Dados ou Pen Drive) e uma via escrita, contendo dados necessários à identificação do licitante, marca do produto, valor unitário e total, neles incluídos todos os tributos, taxas, encargos sociais, fretes, etc...devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante credenciado.

Observação: Para apresentação da proposta financeira em meio magnético a licitante deverá utilizar o sistema de digitação de propostas disponível no site: www.sinsoft.com.br (downloads)- para suporte através do fone (54)3343-1167, e solicitar o arquivo (xml) para importação dos dados referente aos itens junto a Secretaria de Administração, Setor de Licitações em horário de expediente, pelo email: prefeituraandre@terra.com.br, ou ainda pelo site: www.andredarochoa.rs.gov.br.

6.2. A apresentação das propostas implica na aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, em especial quanto ao que segue:

a) validade das condições da proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da proposta (art. 64, §3º da Lei Federal 8666/93).

6.3. Os valores totais por item deverão ser apresentados com duas casas após a vírgula, observando-se que o descumprimento dessa determinação implicará no aproveitamento da proposta dentro destes limites, não sendo permitido arredondamentos;

6.4 – Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constates do item 13 deste Edital.

6.5 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.6– Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.7 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.8 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.9– A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.

6.10– Serão desclassificadas:

a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;

b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.

6.11 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

6.12 - Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

6.13 – A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de compras deste Município.

6.14 – Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

7.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

7.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

7.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 7.3 e 7.4.

7.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de até 30 (trinta segundos) para apresentar nova proposta.

7.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 2,00 (Dois reais) do valor total do produto - item.

7.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

7.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

7.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

7.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

7.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o Menor Preço Por Item, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

7.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 6;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.

7.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.15. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

7.16. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Administração deste Município, conforme estabelece o item 19 e seus subitens deste edital.

7.17. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8 - DA HABILITAÇÃO:

8.1. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados em seus originais, ou por fotocópia previamente autenticada em cartório ou por servidor do município. Os documentos retirados via Internet, terão a sua autenticidade confirmada:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, relativas ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Declaração da empresa de que não possui em seu quadro de funcionários, menores de 18 anos, conforme Lei federal nº 9.854, de 27/10/1999, e inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal, inclusive no art. 27 da lei federal nº 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações, assinada pelo representante legal da licitante;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. (CNDT).

8.2. Para as empresas cadastradas no Município de André da Rocha, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade, exceto as letras **“c” a “g”**, do item 8.1, que deverão ser apresentados no envelope nº 02, juntamente com o certificado de cadastro expedido pelo Município de André da Rocha ou a documentação solicitada e referida no item acima.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

8.3. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8.4- Será inabilitada a empresa cujo envelope “documentos” contiver referências ao conteúdo do envelope “propostas”.

8.5- Ao final da(s) sessão(ões), realizada(s) em ato público, será lavrada ata, devidamente assinada por todos os presentes, com a verificação da conformidade de cada proposta ao Edital, julgamento e classificação dos mesmos;

8.6- É facultado à Prefeitura Municipal de André da Rocha/RS, em qualquer fase da Licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 – Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na sessão pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias corridos para a apresentação das razões recursais.

9.2 – Os demais licitantes, já intimados na sessão pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

9.3 – A manifestação na sessão pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4 – As razões e contra-razões do recurso serão encaminhadas, por escrito e em horário de expediente, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

9.4.1. Não serão aceitos recursos ou contra-razões encaminhadas via fax ou outro meio eletrônico.

9.5 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

9.6 – Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

10. DA ADJUDICAÇÃO

10.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.2 – Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará o licitante e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3 – Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará o vencedor, proporcionado, a seguir, a oportunidade aos demais licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da sessão a síntese das razões do recurso apresentadas, bem como registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será notificado a entregar os produtos no prazo previsto.

11.2 – Se o licitante vencedor, regularmente convocado, não efetuar a entrega dos produtos, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, XVI, da Lei nº. 10.520/2002.

12 - DO LOCAL, PRAZOS E DEMAIS PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

12.1- Os produtos descritos no presente pregão deverão ser entregues conforme CRONOGRAMA DE ENTREGA, devendo ser observados os prazos de entrega, quantidades e locais de entrega, os horários de entrega definidos pela SMEC.

12.2. As despesas de fretes e demais encargos serão suportadas pelo licitante fornecedor.

12.3. Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior no mínimo a 06 (seis) meses, para os que forem entregues de forma imediata, e de no mínimo 30 (trinta) dias, para os que forem entregues de forma parcelada, ambos por ocasião de sua entrega.

12.4. O recebimento das mercadorias ora licitadas se dará depois de:

- a) – verificação das mercadorias para constatar a integridade da mesma;
- b) – verificação da conformidade, com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da contratada;
- c) – caso insatisfatórias as verificações acima, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades. Nessa hipótese, o item do objeto do Edital em questão, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas;
- d) – caso a substituição não ocorra no prazo definido acima, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita a aplicação das sanções;
- e) – os custos decorrentes da eventual substituição dos alimentos, correrão exclusivamente a conta da contratada.

12.5. Persistindo irregularidades no fornecimento dos produtos, o Município poderá contratar técnicos ou especialistas para analisar a mercadoria a ser fornecida pelos licitantes contratados, bem como, poderá requisitar exames laboratoriais, os quais serão arcados pelo fornecedor.

13 – DAS PENALIDADES

13.1 – Nos termos do art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) entrega de mercadoria vencida ou em desacordo com as normas da vigilância sanitária,

13.2. O atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará ao infrator o pagamento de multa de 1,0% ao dia de atraso sobre o valor total da parcela inadimplida, sem prejuízo da aplicação das demais sanções e penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

13.3. A inexecução total do objeto da licitação, sujeitará ao infrator ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, sem prejuízo da penalidade prevista no item 13.1 e das demais sanções e penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Considera-se inexecução total da obrigação a não entrega dos produtos decorridos o prazo de 05 (cinco) dias da data prevista para sua entrega.

13.4. A Administração, para garantir o fiel cumprimento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela Contratada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

13.5. As penalidades previstas neste Edital serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, de 08 de junho de 1994.

13.6. As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da correspondente notificação, ou descontada do pagamento, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

13.7. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui uma das outras.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 – O Município efetuará os pagamentos aos respectivos fornecedores num prazo de até dez (dez) dias da entrega dos produtos acompanhados pela respectiva nota fiscal, sendo que na nota deverá constar que faz referência ao Pregão Presencial nº013/2015, nos termos do cronograma de entrega.

14.2 – Não serão concedidos sob qualquer hipótese adiantamento de recursos financeiros sob qualquer título.

14.3 - Em havendo atraso no pagamento, além da data estabelecida no item “14.1” incidirá multa de mora de 0,5% ao mês.

15. DOS ENCARGOS E TRIBUTOS:

15.1. No valor cotado, deverão estar inclusos todos os encargos sociais, taxas, tributos, fretes, que será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

16.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta de dotações próprias do exercício financeiro de 2015, anexadas ao processo licitatório.

17. DOS PRAZOS

17.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, cuja minuta segue em anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002.

17.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

17.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

17.4 - O contrato a ser formalizado vigorará desde a sua assinatura até a 31-12-2015, ou em data anterior caso haja a entrega total do objeto licitado.

17.5. Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias e previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, c/c Lei Federal nº 10.520/02.

18. DAS ALTERAÇÕES E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. A licitante contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos produtos, até o montante de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

18.2. O contrato a ser firmado com a(s) licitante(s) vencedora(s) poderá ser alterado por aditamento, no que couber, nos casos previstos no art. 65, incisos II, suas alíneas e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, desde que requerido pela CONTRATADA, e documentalmente comprovado o desequilíbrio contratual.

18.3. Havendo alteração unilateral do contrato, o CONTRATANTE deverá por aditamento, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente Edital.

19.2- Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de André da Rocha/RS, setor de Administração, sito na Av. Marcolino Pereira Vieira, nº 1393, Centro, cidade de André da Rocha/RS, ou pelo fone/fax (54) 3611-1330, no horário compreendido entre as 08h00min, e 17h00min, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

19-3- Questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Administração.

19.4- Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

19.5- Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

19.6- Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

19.7- Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Prata – RS, para dirimir eventuais litígios decorrente do presente Pregão Presencial.

André da Rocha/RS, 17 de junho de 2015.

Este edital se encontra
examinado e aprovado por esta
Assessoria Jurídica.

Em 17 de junho de 2015.

ADVOGADO
OAB/RS

Idair Bedin
Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de ANDRÉ DA ROCHA/RS, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº013/2015, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____ CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____ de _____ de _____ de 2015.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa
(firma reconhecida)

Nome do dirigente da empresa

Obs.: 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

(Este anexo deverá ser apresentado fora dos envelopes, por ocasião do credenciamento)
(preferencialmente, em papel timbrado, datilografado ou impresso por meio eletrônico).

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº013/2015.

DECLARAÇÃO DE QUE PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARO na condição de representante da Empresa _____, estabelecida na Cidade de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, que estou ciente das condições do Edital de Pregão Presencial nº 013/2015, e cumprindo plenamente todas as condições e requisitos exigidos no referido certame.

André da Rocha/RS, ____/_____/____

Nome:
CPF:

Este anexo deverá ser apresentado fora dos envelopes, por ocasião do credenciamento)

ANEXO III

Prefeitura Municipal de André da Rocha
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Setor de Alimentação Escolar
Escola de Educação Infantil Dr. Manoel Vieira da Fonseca

Lista de produtos perecíveis para licitação 2º semestre 2015

Salientamos que os fornecedores de produtos perecíveis deverão estar preparados para armazená-los em seus estabelecimentos em boas condições de higiene e limpeza e entregá-los **semanalmente** conforme cronograma de entrega elaborado pela Nutricionista responsável.

Tomate longa vida – 40 Kg
Salsicha resfriada – 8 Kg
Queijo tipo mussarela, fatiado – 6 Kg
Presunto magro, fatiado – 6 Kg
Ovos vermelhos – 18 dúzias
Mamão formosa – 100 Kg
Peito de frango sem osso – 50 Kg
Carne bovina moída, de primeira, com até 5% de gordura – 35 Kg
Bebida láctea, sabor morango, embalagem de 1 lt – 160 litros
Banana caturra – 120 Kg
Pão tipo sovado, 50 g cada unidade – 46 Kg (920 unidades)
Alho – 500 gramas
Salsichão de carne suína, tamanho individual de 100 g – 10 Kg
Laranja do céu – 100 Kg

André da Rocha, 10 de junho de 2015.


Daiane Chiochetta
Nutricionista
CRN: 5056 CPF 683305610-20

Prefeitura Municipal de André da Rocha
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Setor de Alimentação Escolar
Escola de Educação Infantil Dr. Manoel Vieira da Fonseca

Lista de produtos não perecíveis para licitação 2º semestre 2015

Biscoito doce, tipo leite, embalagem de 400 g – 40 pacotes
Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor chocolate ou leite, embalagem de 335 g – 84 pacotes
Biscoito salgado integral, embalagem de 400 g – 48 pacotes
Pó para gelatina, embalagem de 1 Kg – 5 pacotes
Doce de leite, embalagem de 1 Kg – 8 unidades
Amido de milho, embalagem de 500 g – 8 pacotes
Arroz parboilizado, embalagem de 1 Kg – 20 Kg
Açúcar cristal, embalagem de 2 Kg – 20 Kg
Massa tipo parafuso com ovos, embalagem de 500 g – 30 pacotes
Massa tipo espaguete, embalagem de 500 g – 5 pacotes
Massa tipo cabelo de anjo com ovos, embalagem de 500 g – 6 pacotes
Suco natural concentrado, embalagem de 1 lt – 60 unidades
Leite integral longa vida, embalagem de 1 lt – 336 litros
Extrato de tomate, embalagem de 340 g – 12 unidades
Ervilha em conserva, embalagem com 200 g – 6 unidades
Milho em conserva, embalagem com 200 g – 6 unidades
Farinha de milho média, embalagem de 1 Kg – 14 Kg
Pó para pudim embalagem de 1 Kg, sabor coco e chocolate – 8 Kg
Sal refinado iodado, embalagem de 1 Kg – 2 Kg
Fermento químico, embalagem de 250 g – 5 unidades
Feijão preto, tipo 1, embalagem de 1 Kg – 10 Kg
Colorau em pó, embalagem de 100 g – 5 unidades
Flocos de milho açucarados, embalagem de 500 g - 24 pacotes
Chá de camomila, embalagem com 10 saquinhos – 12 caixas
Bebida láctea sabor chocolate, embalagem de 1 litro – 48 litros
Caldo de galinha, embalagem de 1 Kg – 1 pacote
Margarina com sal, embalagem de 500 g – 3 unidades
Farinha de trigo, embalagem de 1 Kg – 20 Kg
Achocolatado em pó, embalagem de 400g – 14 unidades

André da Rocha, 10 de junho de 2015.


Daiane Chiochatta
Nutricionista
CRN: 5056 CPF 683305610

Prefeitura Municipal de André da Rocha
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Setor de Alimentação Escolar
Escola Municipal Dr. Manoel Vieira da Fonseca

Lista de produtos perecíveis para licitação 2º semestre 2015

Salientamos que os fornecedores de produtos perecíveis deverão estar preparados para armazená-los em seus estabelecimentos em boas condições de higiene e limpeza e entregá-los **semanalmente** conforme cronograma de entrega elaborado pela Nutricionista responsável.

Massa de pastel grande, embalagem 500 g – 26 pacotes
Alho – 1 Kg
Tomate longa vida – 40 Kg
Salsicha resfriada – 10 Kg
Queijo tipo mussarela, fatiado – 14 Kg
Presunto magro, fatiado – 12 Kg
Ovos vermelhos – 30 dúzias
Mamão formosa – 80 Kg
Peito de frango sem osso - 75 Kg
Carne bovina moída, de primeira, com até 5% de gordura – 100 Kg
Bebida láctea sabor morango, embalagem de 1 lt – 90 litros
Banana caturra – 100 Kg
Pão tipo sovado, 50 g cada unidade – 90 Kg (1800 unidades)
Salsichão de carne suína, tamanho individual de 100 g – 35 K
Laranja do céu – 100 Kg

André da Rocha, 10 de junho de 2015.


Daiane Chiochetta
Nutricionista
CRN: 5056 CPF 683305610

131

Prefeitura Municipal de André da Rocha
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Setor de Alimentação Escolar
Escola Municipal Dr. Manoel Vieira da Fonseca

fundamental

Lista de produtos não perecíveis para licitação 2º semestre 2015

Biscoito doce, tipo Leite, embalagem de 400 g – 40 pacotes
Biscoito doce, tipo rosquinha, sabor chocolate ou leite, embalagem de 335 g – 36 pacotes
Biscoito salgado integral, embalagem de 400 g – 30 pacotes
Óleo de soja, embalagem 900 ml – 30 unidades
Amido de milho, embalagem de 500 g – 20 pacotes
Arroz parboilizado, tipo 1, embalagem de 2 Kg – 40 Kg
Açúcar cristal, embalagem de 2 Kg – 50 Kg
Vinagre de vinho tinto, embalagem com 750 ml – 8 unidades
Massa tipo parafuso com ovos, embalagem de 500 g – 80 pacotes
Massa tipo penne com ovos, embalagem de 500 g – 90 pacotes
Massa tipo cabelo de anjo com ovos, embalagem de 500 g – 8 pacotes
Suco natural concentrado, embalagem de 1 lt – 60 unidades
Leite integral longa vida, embalagem de 1 lt – 204 litros
Extrato de tomate, embalagem de 340 g – 84 unidades
Ervilha em conserva, embalagem com 200 g – 25 unidades
Milho verde em conserva, embalagem com 200 g – 25 unidades
Farinha de milho média, embalagem de 1 Kg – 20 Kg
Pó para pudim embalagem de 1 Kg, sabor coco e chocolate – 12 Kg
Sal refinado iodado, embalagem de 1 Kg – 6 Kg
Fermento químico, embalagem de 250 g – 5 unidades
Feijão preto, tipo 1, embalagem de 1 Kg – 20 Kg
Colorau em pó, embalagem de 100 g – 10 unidades
Flocos de milho sem açúcar, embalagem de 500 g - 30 pacotes
Tempero completo sem pimenta, embalagem de 270 g – 8 unidades
Farinha de trigo especial, embalagem de 1 Kg – 20 Kg
Sardinha em óleo comestível, embalagem de 125 g – 12 unidades
Pó para gelatina, embalagem de 1 Kg, sabores variados – 4 pacotes
Margarina com sal, com no máximo 45 % de lipídios, pote de 500 g – 8 unidades
Bebida láctea sabor chocolate, embalagem 1 litro – 96 litros
Achocolatado em pó, embalagem de 400 g – 15 unidades
Caldo de galinha, embalagem de 1 Kg – 2 unidades

André da Rocha, 10 de junho de 2015.


Daiane Chiochetta
Nutricionista
CRN: 5056 CPF 683305610

ANEXO IV

CRONOGRAMA DE ENTREGA PARA A ESCOLA MUNICIPAL

SEMANAL		QUANTIDADE
Banana	terça - feira	4 Kg
Mamão	terça-feira	4 Kg
Laranja do céu	terça-feira	4 Kg
Alho	terça - feira	50 gramas
Tomate	terça - feira	2 Kg
Carne moída	terça-feira	5 Kg
Peito de frango	terça-feira	6 Kg
Pão	terça -feira	80 unidades
QUINZENAL		
Queijo	terça - feira	2 Kg
Presunto	terça - feira	2 Kg
Bebida Láctea	terça-feira	15 lt
Salsicha	terça - feira	2 Kg
Ovos	terça-feira	2 dz
BIMESTRAL		
Biscoito tipo rosquinha		18 pacotes
Biscoito tipo leite		20 pacotes
Biscoito integral		15 pacotes
Colorau		5 unidades
Óleo de soja		15 unidades
Arroz parboilizado		20 Kg
Açúcar cristal		25 Kg
Massa tipo parafuso		40 pacotes
Massa tipo penne		45 pacotes
Leite integral		102 litros
Extrato de tomate		42 unidades
Milho verde em lata		13 unidades
Ervilha lata		13 unidades
Farinha de milho		10 Kg
Feijão preto		10 Kg
Pó para pudim		6 Kg
Sal refinado		3 Kg
Fermento químico		3 unidades
Amido de milho		10 pacotes
Flocos de milho		15 unidades
Farinha de trigo		10 Kg
Pó de gelatina		2 Kg
Bebida láctea chocolate		48 litros
Massa fina		4 pacotes
Suco natural		30 litros
Tempero completo		4 unidades
Sardinha em lata		6 unidades
Achocolatado em pó		8 unidades
Caldo de galinha		1 Kg

Salientamos que os fornecedores de produtos perecíveis deverão estar preparados para armazená-los em condições de temperatura e higiene adequadas caso os mesmos necessitem permanecer por mais dias em seus estabelecimentos e a entrega deverá ser conforme cronograma acima. Ressaltamos que este cronograma poderá sofrer alterações, as quais serão avisadas com antecedência ao fornecedor. O **fornecedor** deverá entregar os produtos pela parte da manhã na Escola Municipal.


Daiane Chiochetto
 Nutricionista
 CRP 6833/5610

CRONOGRAMA DE ENTREGA PARA A CRECHE MUNICIPAL

SEMANAL		QUANTIDADE
Banana	terça - feira	5 Kg
Mamão	terça-feira	5 Kg
Laranja do céu	terça-feira	5 Kg
Tomate	terça - feira	1 Kg
Carne moída	terça-feira	3 Kg
Peito ou coxa de frango	terça-feira	3 Kg
Pão	terça -feira	40 unidades
QUINZENAL		
Alho	terça - feira	50 g
Queijo	terça - feira	1 Kg
Presunto	terça - feira	1 Kg
Bebida Láctea	terça-feira	12 litros
Salsicha	terça - feira	1 Kg
Ovos	terça-feira	2 dz
Salsichão	terça - feira	1 Kg
BIMESTRAL		
Biscoito tipo rosquinha		42 pacotes
Biscoito tipo leite		20 pacotes
Biscoito tipo integral		24 pacotes
Farinha de trigo		10 Kg
Achocolatado em pó		7 unidades
Doce de leite		4 unidades
Pó para gelatina		3 Kg
Arroz parboilizado		10 Kg
Açúcar cristal		10 Kg
Leite integral		168 litros
Amido de milho		4 pacotes
Farinha de milho		7 Kg
Feijão preto		5 Kg
Massa parafuso		15 pacotes
Pó para pudim		4 Kg
Fermento químico		3 unidades
Flocos de milho		12 unidades
Massa fina		3 pacotes
Suco natural		30 litros
Chás		6 caixas
Bebida láctea chocolate		24 litros
Caldo de galinha		1 Kg
Extrato de tomate		6 unidades
Colorau		3 pacotes
Sal refinado		1 Kg

Salientamos que os fornecedores de produtos perecíveis deverão estar preparados para armazená-los em condições de temperatura e higiene adequadas caso os mesmos necessitem permanecer por mais dias em seus estabelecimentos e a entrega deverá ser conforme cronograma acima. Ressaltamos que este cronograma poderá sofrer alterações, as quais serão avisadas com antecedência ao fornecedor. O **fornecedor** deverá entregar os produtos pela parte da manhã na Creche Municipal.


Daiane Chiochetto
 Nutricionista

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

Minuta de Contrato de aquisição de merenda escolar firmado entre o Município de André da Rocha e a Empresa

Aos (....) dias do mês de do ano de 2015, no Gabinete do Prefeito Municipal de André da Rocha/RS, o **MUNICÍPIO DE ANDRÉ DA ROCHA/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob nº 90.483.066/0001-72, com sede na Rua Marcolino pereira Vieira, nº 1393, Bairro Centro, cidade de André da Rocha/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. IDAIR BEDIN, inscrito no CPF sob nº 359.325.380-15, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a Empresa [] pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob nº , Cep: - , doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato de fornecimento de merenda escolar para consumo humano, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO FUNDAMENTO LEGAL

Cláusula Primeira: A presente contratação decorre da adjudicação à CONTRATADA, em virtude do processo licitatório nº 059/2015, modalidade Pregão Presencial nº 013/2015, julgada em / /2015, homologada em de de 2015, tendo em vista o parecer dos responsáveis pelas licitações. A presente licitação destina-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

DAS NORMAS APLICÁVEIS

Cláusula Segunda: A execução do contrato será de conformidade com as cláusulas e condições avençadas e com as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, c/c a Lei nº 10.520/2002, as quais sujeitam-se os contratantes.

Cláusula Terceira: Na sua generalidade, inclusive nos casos omissos, o presente contrato reger-se-á pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

DO OBJETO

Cláusula Quarta: Constitui objeto do presente Edital a aquisição de gêneros alimentícios para o fornecimento de Merenda Escolar para a rede municipal para o segundo semestre do ano letivo de 2015, conforme itens....., nas quantidades, descrições e valores constantes no Anexo I, do presente contrato.

DO LOCAL, FORMAS DE ENTREGA E DA QUALIDADE DOS MERENDA ESCOLAR

Cláusula Quinta: Os produtos descritos no presente pregão, deverão ser entregues conforme CRONOGRAMA DE ENTREGA, deverão ser observados os prazos de entrega, quantidades e locais de entrega, os horários de entrega definidos pela SMEC.

Cláusula Sexta: Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior no mínimo a 06 (seis) meses, para os que forem entregues de forma imediata, e de no mínimo 30 (trinta) dias, para os que forem entregues de forma parcelada, ambos por ocasião de sua entrega.

Cláusula Sétima: O recebimento das mercadorias ora licitadas se dará depois de:

- a) – verificação das mercadorias para constatar a integridade da mesma;
- b) – verificação da conformidade, com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da contratada;
- c) – caso insatisfatórias as verificações acima, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades. Nessa hipótese, o item do objeto do Edital em questão, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas;
- d) – caso a substituição não ocorra no prazo definido acima, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita a aplicação das sanções;
- e) – os custos decorrentes da eventual substituição dos alimentos correrão exclusivamente a conta da contratada.

Cláusula Oitava: Persistindo irregularidades no fornecimento dos produtos, o Município poderá contratar técnicos ou especialistas para analisar a mercadoria a ser fornecida pelos licitantes contratados, bem como, poderá requisitar exames laboratoriais, os quais serão arcados pelo fornecedor.

Sub-Cláusula Única: O Município não considerará efetivada a entrega da merenda escolar se não for obedecidos os requisitos da Cláusula Quinta.

Cláusula Nona: As despesas de frete e demais encargos serão suportadas pela Contratada.

DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula Décima: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância total pelos produtos descritos na Cláusula Quarta e relacionados no anexo I o valor de R\$ ().

Cláusula Décima Primeira: O Município efetuará os pagamentos aos respectivos fornecedores num prazo de até dez (dez) dias da entrega dos produtos acompanhados pela respectiva nota fiscal, sendo que na nota deverá constar que faz referência ao Pregão Presencial nº013/2015, nos termos do cronograma de entrega.

Cláusula Décima Segunda: Não serão concedidos sob qualquer hipótese adiantamento de recursos financeiros sob qualquer título.

DO REAJUSTAMENTO

Cláusula Décima Terceira: A presente contratação não sofrerá quaisquer reajustes.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Décima Quarta: O contrato a ser formalizado vigorará desde a sua assinatura até o final do ano letivo de 2015, extinguindo-se o contrato de pleno direito, sem que caiba as partes qualquer espécie de indenização.

DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL À PROPOSTA

Cláusula Décima Quinta: O presente contrato vincula-se em suas cláusulas e condições aos teores da Pregão Presencial nº 013/2015 e a proposta do licitante vencedor ora contratado.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Cláusula Décima Sexta: A CONTRATADA obriga-se ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições avençadas no presente contrato.

Cláusula Décima Sétima: A CONTRATADA é responsável direta pelos danos causados a terceiros e ao Município decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, praticados por seus empregados, profissionais e prepostos.

Cláusula Décima Oitava: A CONTRATADA obriga-se a promover as alterações que se fizerem necessárias, objetivando adequar a merenda escolar/produtos ao exigido no processo licitatório.

DAS ALTERAÇÕES E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Cláusula Décima Nona: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos merenda escolar, até o montante de 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Cláusula Vigésima: O presente contrato poderá ser alterado por aditamento, no que couber, nos casos previstos no art. 65, incisos II, suas alíneas e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, desde que requerido pela CONTRATADA, e documentalmente comprovado o desequilíbrio contratual.

Sub-Cláusula Única: Havendo alteração unilateral do contrato, o CONTRATANTE deverá por aditamento, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

DAS PENALIDADES

Cláusula Vigésima Primeira: Nos termos do art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

- a) cometimento de fraude fiscal;

b) entrega de mercadoria vencida ou em desacordo com as normas da vigilância sanitária,

c) Atraso injustificado na entrega parcial ou total dos merenda escolar por parte da Contratada sujeitará a infratora ao pagamento de multa de 1,0% (um por cento) ao dia de atraso sobre o valor total da parcela inadimplida, sem prejuízo da aplicação das demais sanções e penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, c/c a Lei nº 10.520/2002.

d) Inexecução total do objeto da licitação, sujeitará ao infrator ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções e penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, c/c a Lei nº 10.520/2002.

Sub-Cláusula Única: Considera-se para efeitos legais inexecução total da obrigação a não entrega dos produtos decorridos o prazo de 05 (cinco) dias da data prevista para sua entrega.

Cláusula Vigésima Segunda: A Administração, para garantir o fiel cumprimento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela Contratada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

Cláusula Vigésima Terceira: As penalidades previstas neste instrumento serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, de 08 de junho de 1994, c/c a Lei nº 10.520/2002.

Cláusula Vigésima Quarta: As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da correspondente notificação, ou descontadas do pagamento, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Cláusula Vigésima Quinta: As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui uma das outras.

Cláusula Vigésima Sexta: Será facultado a Contratada o prazo de 05(cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência das situações previstas.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

Cláusula Vigésima Sétima: Constituem motivo para rescisão do presente contrato, no que forem cabíveis, também as causas enumeradas no art. 78, seus incisos e parágrafos, na forma do art. 79 e 80, da lei federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c a Lei nº 10.520/2002.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Vigésima Oitava: A SMEC, através de seu corpo técnico realizará o presente contrato.

DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

Cláusula Vigésima Nona: No valor cotado deverão estar inclusos todos tributos, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais incidentes sobre os merenda escolar, os quais serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive oriundos de reclamações trabalhistas, indenizações, danos materiais, morais, responsabilidade civil perante terceiros e próprios funcionários da empresa CONTRATADA.

